

**FUCAPE FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ENSINO**

**KLEBERSON SANTOS DA SILVA**

**FATORES QUE INFLUENCIAM A CONTABILIZAÇÃO DOS ATIVOS  
DE INFRAESTRUTURA NOS ESTADOS BRASILEIROS**

**VITÓRIA  
2021**

**KLEBERSON SANTOS DA SILVA**

**FATORES QUE INFLUENCIAM A CONTABILIZAÇÃO DOS ATIVOS  
DE INFRAESTRUTURA NOS ESTADOS BRASILEIROS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – Nível Profissionalizante.

Orientador: Prof. Dr. Gercione Dionízio Silva

**VITÓRIA  
2021**

**KLEBERSON SANTOS DA SILVA**

**FATORES QUE INFLUENCIAM A CONTABILIZAÇÃO DOS ATIVOS  
DE INFRAESTRUTURA NOS ESTADOS BRASILEIROS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – Nível Profissionalizante, na área de Contabilidade Pública.

Aprovada em 04 de Dezembro de 2020.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. GERCIONE DIONÍZIO SILVA**  
Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino

---

**Prof. Dr. DIEGO RODRIGUES BOENTE**  
Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino

---

**Prof. Dr. AZIZ XAVIER BEIRUTH**  
Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino

## **AGRADECIMENTOS**

A minha esposa Bárbara e minha filha Malu, pelo companheirismo, compreensão, amor incondicional e motivação diária em continuar a crescer sempre, minha mãe e familiares, pelo amor, força e torcida no árduo caminho da vida, por fazerem as dificuldades ficarem mais leves e as alegrias compartilhadas perduráveis.

Aos colegas mestrandos e professores do curso de Mestrado da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças, pelo convívio e crescimento em diversas discussões e bate-papos.

Ao Instituto Federal de Alagoas, por proporcionar minha participação nesse mestrado e a possibilidade de alavancar o crescimento educacional e pessoal.

A Deus, pelo dom da vida, pelo entusiasmo, força, saúde e coragem para superar os obstáculos do caminho e alcançar com muita fé, êxito em todas as conquistas da vida.

## RESUMO

Este estudo objetiva analisar possíveis fatores que influenciam na implementação das normas internacionais de contabilidade, IPSAS, pelos estados brasileiros. Para isso, foi utilizado como escopo a contabilização dos ativos de infraestrutura. Foram utilizados dados dos 26 estados brasileiros mais o Distrito Federal, no período de 2015 a 2018. Na análise proposta foi estimada a regressão por meio do estimador Logit com dados em painel e efeitos aleatórios. Os resultados encontrados apontaram que das três hipóteses propostas (crescimento econômico, transparência pública e ciclo político), apenas o ciclo político apresentou influência positiva sobre a implementação das normas internacionais de contabilidade, enquanto crescimento econômico e transparência pública não apresentaram resultados significativos de influência sobre a probabilidade de implementação da norma por parte dos estados brasileiros. Ademais, as variáveis de controle utilizadas no modelo, receita de transferência, infraestrutura e educação do estado apresentaram resultados que ratificaram influência positiva na probabilidade de implementação das IPSAS ao utilizar como escopo a contabilização dos ativos de infraestrutura.

**Palavras-chave:** Ativos de Infraestrutura; Normas internacionais de contabilidade.

## ABSTRACT

This study aims to analyze possible factors that influence the implementation of international accounting standards, IPSAS, by Brazilian states. For this, the accounting for infrastructure assets was used as a scope. Data from 26 Brazilian states plus the Federal District were used, from 2015 to 2018. In the proposed analysis, regression was estimated using the Logit estimator with panel data and random effects. The results found pointed out that of the three hypotheses proposed (economic growth, public transparency and political cycle), only the political cycle had a positive influence on the implementation of international accounting standards, while economic growth and public transparency did not show significant results of influence on the probability of implementation of the standard by Brazilian states. In addition, the control variables used in the transfer revenue, infrastructure and education model of the state showed results that ratified a positive influence on the probability of implementing IPSAS using the accounting for infrastructure assets as a scope.

**Keywords:** Infrastructure assets; International accounting standards

## SUMÁRIO

<b>Capítulo 1.....</b>	<b>7</b>
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>Capítulo 2.....</b>	<b>12</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>12</b>
2.1.CONVERGÊNCIA ÀS IPSAS E OS ATIVOS DE INFRAESTRUTURA.....	12
2.2. CRESCIMENTO ECONÔMICO E ADOÇÃO DAS IPSAS. ....	14
2.3. CICLO POLÍTICO E SUA INFLUÊNCIA NA ADOÇÃO DAS IPSAS .....	16
2.4. TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA .....	18
<b>Capítulo 3.....</b>	<b>20</b>
<b>3. METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>20</b>
3.1. MODELO ECONOMÉTRICO .....	21
3.2. DADOS DA AMOSTRA.....	27
<b>Capítulo 4.....</b>	<b>29</b>
<b>4. ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>28</b>
4.1. ESTATÍSTICA DESCRITIVA E CORRELAÇÃO DAS VARIÁVEIS .....	28
4.2 TESTE DE MÉDIAS.....	31
4.3 ANÁLISE DE RESULTADOS DA REGRESSÃO .....	32
<b>Capítulo 5.....</b>	<b>38</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>36</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>39</b>

## Capítulo 1

### 1. INTRODUÇÃO

O processo de convergência das normas de contabilidade aos padrões internacionais, ocorrido desde o início do século XXI, vem promovendo profundas mudanças em procedimentos e políticas contábeis nos países que adotaram. Este processo busca aumentar o grau de qualidade da contabilidade e promover a convergência às normas internacionais em escala global. Assim, proporciona uma maior comparabilidade e compreensibilidade dos relatórios financeiros. (Chan, 2010; Diniz, Silva, Santos, & Martins, 2015; Marti & Kasperskaya, 2015; Berger, 2018; Kartiko, Rossieta, Martani, & Wahyuni, 2018).

Para atender a este propósito, a *International Federation of Accountants* (IFAC), órgão global da profissão contábil, implementou uma série de ações e procedimentos visando a harmonização dos critérios de reconhecimento de receitas e despesas, avaliação de ativos e passivos, evidenciação da situação financeira e das mutações do patrimônio. Este processo foi conduzido pelo *International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB), cuja finalidade é a edição das normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público baseadas no regime de competência (IPSAS). Segundo a IFAC (2016), a adoção destas normas IPSAS pelos governos melhora o nível de qualidade e comparabilidade das informações financeiras, por isso, representa um avanço da contabilidade.

De acordo com Moraes e Neto (2011), Diniz, Silva, Santos e Martins, (2015) e Marti e Kasperskaya (2015) o avanço qualitativo das demonstrações e sistemas contábeis do setor público impacta diretamente na capacidade de capitalização de

novos recursos e na transparência política, financeira e fiscal dos governos. Além disso, é importante destacar que a convergência às normas internacionais de contabilidade, pode impactar segmentos econômicos, sociais, políticos e culturais, visto que, os agentes envolvidos nesse processo não se limitam aos profissionais da contabilidade e dos governos.

Nesse sentido, Bellanca (2014) e (Kartiko, Rossieta, Martani, & Wahyuni, 2018), afirmam que a implementação das IPSAS serve como ferramenta para melhorar a transparência e integridade dos relatórios contábeis. Assim, pode reduzir incertezas perante as agências de classificação e auxiliar investidores e demais usuários das demonstrações contábeis nas análises financeiras dos governos.

De acordo com Pallot (1997), o êxito da contabilidade por competência nos governos central e local na Nova Zelândia surgiu de uma nova cultura organizacional perante os gestores públicos, onde os ativos de infraestrutura devem ser adequadamente reconhecidos, avaliados e gerenciados. Segundo Newell, Chau e Wong (2009) ao observar o desempenho da infraestrutura Chinesa, evidenciaram que a infraestrutura eficaz gera efeito positivo na captação de investidores internacionais. Portanto, ela pode alavancar novas fontes de recursos para administração pública, articular mais investimentos e impulsionar o desenvolvimento econômico (Palei, 2015).

Face aos efeitos positivos deste processo de convergência, a mensuração, evidenciação e contabilização dos ativos de infraestrutura exigida pela norma internacional de contabilidade IPSAS 17 se apresenta cada vez mais relevante. No entanto, deve-se observar que não existe um consenso em relação aos ativos de infraestrutura contemplados na IPSAS-17. Apesar disto, segundo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) são ativos que normalmente podem

ser conservados por um número significativamente maior de anos do que a maioria dos bens dos ativo imobilizado. Segundo Grice (2016) usualmente são incluídos dentro desse conjunto as estradas, rodovias, transportes, redes de comunicação, energia, saneamento, abastecimento de água e outros.

No Brasil o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade é provido por meio da edição das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCTSP), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Nesse processo, a NBCTSP07, é a norma que versa sobre a contabilização dos ativos de infraestrutura do setor público, cujo prazo limite estipulado pela portaria STN548/2015 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) é de 01 de janeiro de 2022 para todos os Estados brasileiros.

Dado que em 2018, poucos Estados brasileiros tinham iniciado o processo de cumprimento da norma brasileira, identificar os fatores que levam o processo a evoluir de forma diferente para cada ente pode auxiliar na sua implementação. Ademais, Estados que anteciparem a mensuração e registro desses ativos, podem alavancar fontes de financiamento externas mais rapidamente que os Estados que não contabilizam, uma vez que os custos necessários a sua manutenção, reposição ou construção são registrados.

Na literatura, diversos trabalhos têm destacado os benefícios e os impactos do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, deste conjunto se destaca a contabilização dos ativos de infraestrutura (Wooldridge, Garvin, & Miller, 2001; Vermmer, Patton, & Styles, 2011; Grice, 2016; Gonçalves, Funchal, & Bezerra, 2017; Abreu, 2018; Amaral & Lima, 2013; Pallot, 2017; Christiaens & Aversano, 2014). Contudo, é importante ressaltar que o processo de convergência não tem ocorrido de forma sincronizada. Logo, entender quais fatores influenciam o processo de adoção

dessas normas pode auxiliar na visualização de quais barreiras precisam ser superadas para o desenvolvimento do processo.

Assim sendo, o presente trabalho tem como objetivo **verificar se os fatores crescimento econômico, ciclo político e transparência pública influenciam a probabilidade de implementação das IPSAS nos estados brasileiros**. A amostra foi composta pelos 26 Estados brasileiros mais o Distrito Federal, no período de 2015 a 2018. Neste estudo, foi utilizado como cerne o processo de contabilização dos ativos de infraestrutura.

Almejando alcançar os objetivos propostos, empregou-se uma abordagem metodológica quantitativa com aferição via modelo de regressão *logit* com dados em painel. Neste modelo de escolha binária, cuja variável dependente é uma *dummy* e assume valores 0 ou 1, se buscou relacionar os fatores associados a probabilidade dos estados brasileiros aderirem a implementação das normas internacionais de contabilidade IPSAS, tendo como escopo a contabilização dos ativos de infraestrutura.

Esta pesquisa busca contribuir com governos locais para identificação de fatores que podem auxiliá-los da definição de ações e políticas públicas para atendimento da norma. No âmbito nacional e internacional, a presente pesquisa, ao estudar fatores que podem influenciar no aumento da probabilidade de adoção ao processo de convergência, pode proporcionar a elaboração de ações estratégicas para auxiliar nesse processo. Destaca-se ainda que o cerne, desse estudo, diferencia-se de pesquisas anteriores sobre o tema, dado que enquanto parte da literatura busca perceber o impacto da adoção das normas internacionais de contabilidade, esse busca compreender possíveis fatores que favorecem a aceitação da convergência, tendo como escopo, a contabilização dos ativos de infraestrutura.

Os resultados desta pesquisa demonstraram que o ciclo político influencia positivamente na probabilidade de implementação das normas internacionais de contabilidade pelos estados brasileiros, uma vez que em períodos pré-eleitorais e eleitorais os resultados apresentaram uma maior contabilização dos ativos de infraestrutura. O crescimento econômico e transparência pública, não apresentaram evidências de influência sobre a probabilidade de implementação das normas por parte dos estados brasileiros.

Este trabalho está estruturado da seguinte maneira: na próxima seção é exposta a literatura acerca do tema estudado e a construção das hipóteses. Na seção 3, demonstram-se os procedimentos metodológicos para análises dos dados secundários da amostra. Na seção 4 são discutidos e apresentados os resultados. Por fim, na seção 5 são evidenciadas as conclusões, limitações e propostas de novos estudos.

## Capítulo 2

### 2. REFERENCIAL TEÓRICO

#### 2.1. CONVERGÊNCIA ÀS IPSAS E OS ATIVOS DE INFRAESTRUTURA

Conforme apresentado, o processo de convergência das normas de contabilidade a padrões internacionais tem como objetivo aumentar o nível de qualidade da informação contábil ao redor do mundo. No Brasil, esse processo fica a cargo do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). O CFC é responsável por editar as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCTSP), cujas orientações devem ser seguidas por todos os entes federativos (CFC, 2017; Ministério da Fazenda, 2018).

O prazo para convergência das normas brasileiras aos padrões internacionais segue o plano de implantação da portaria da Secretaria do Tesouro Nacional STN nº 548/2015. Essa normativa estabelece a adoção de forma gradual e com prazos diferenciados para implementação pela união, estados e municípios. O prazo para obrigatoriedade das informações sobre os ativos de infraestrutura para União encerrou em 2019, para os estados é 2022 e para os municípios a partir de 2023.

A norma brasileira NBCTSP07, estabelece uma série de procedimentos contábeis para a correta contabilização dos bens do ativo seguindo os critérios internacionais. Esses procedimentos compreendem: o reconhecimento, a mensuração, a depreciação e as perdas por redução ao valor recuperável desses ativos. O efeito esperado da contabilização desses bens é que os usuários das demonstrações contábeis possam compreender melhor as informações sobre os investimentos das entidades públicas e suas variações (CFC, 2016).

Em virtude da crescente importância do reconhecimento e contabilização dos ativos de infraestrutura para o correto registro dos ativos públicos e o atendimento a norma contábil NBCTSP 07, o investimento necessário para sua implementação como em pessoal qualificado, treinamentos e tecnologia da informação, tende a ser um desafio para os governos estaduais. Visto a escassez de recursos para esses fins.

Ativos de infraestrutura não possuem uma definição universal, contudo, geralmente apresentam algumas características marcantes: são parte de um sistema ou rede, são especializados por natureza, não possuem usos alternativos, não podem ser removidos, podem estar sujeitos a restrições na alienação e são conservados por muitos anos. Grice (2016) destaca ainda que são considerados ativos de infraestruturas todos os ativos que não sejam residenciais, insere-se nesse conceito, as estruturas de estradas, comunicações, transportes, energia, água, gestão de resíduos e até monumentos. (CFC, 2016; Ministério da Fazenda, 2018).

Aversano e Christiaens (2014), destacam que a relevância financeira para mensuração dos custos e da responsabilidade para prestação de contas perante a sociedade justifica a importância do processo de convergência, assim como, o reconhecimento destes ativos, mesmo que de forma qualitativa, para auxiliar os governantes na tomada de decisões. Dessa forma, o embasamento contábil para tomada de melhores decisões poderá afetar de forma positiva, a prestação de serviços. Wooldridge, Garvin e Miller (2001), Vermmer, Patton e Styles (2011) destacam ainda que a descrição e contabilização assertiva dos custos de aquisição, manutenção, políticas de preservação e investimentos futuros, auxiliam na tomada de decisão e prestação de contas dos gestores à sociedade.

Ademais, verifica-se que diferentes fatores podem influenciar na convergência de uma norma, pois os agentes envolvidos são heterogêneos. Por exemplo, Neto e

Silva (2019) salientam que distância hierárquica, coletivismo, feminilidade, baixa aversão à incerteza e alta orientação são fatores relacionados aos agentes envolvidos que precisam ser considerados no processo de convergência. Portanto, considerar estes fatores pode aumentar a probabilidade de aceitação da mudança comportamental exigida para o sucesso da convergência.

## 2.2. CRESCIMENTO ECONÔMICO E ADOÇÃO DAS IPSAS

O processo de convergência às normas internacionais de contabilidade ao redor do mundo é essencial para a globalização dos mercados de capitais. Segundo Carneiro e Nakao (2014) a harmonização de procedimentos contábeis entre os países, facilita a troca de informações exigidas pela expansão do mercado e crescimento das relações multinacionais.

Dentre os fatores importantes para o crescimento econômico, pode-se destacar os investimentos em infraestrutura. Por exemplo, Newell, Chau e Wong (2009), destacam que investimentos em aeroportos, portos, comunicação, geração e distribuição de energia e tratamento de água afetam positivamente o crescimento econômico. Nunn (1991) ressalta ainda que estes investimentos são importantes tanto para o crescimento econômico do setor público (da região), quanto do setor privado.

De forma análoga, segundo Silva, Martins e Neder (2016) e Fabiano (2013), no Brasil, essa relação é evidenciada principalmente pelos investimentos em infraestrutura de transportes, devido sua importância para o escoamento da produção nacional.

Apesar da importância dos investimentos para o desenvolvimento econômico, os recursos públicos para esse fim são limitados. Todavia, Fernandez, Cordeiro,

Garcia, Duarte e Carraro (2017), destacam que essa insuficiência de recursos públicos pode ser sanada com parcerias junto a iniciativa privada, as chamadas parcerias público privadas PPPs. Notadamente, verifica-se que a capitalização de recursos na esfera privada pelos entes públicos é de extrema importância para a manutenção e sustentação do crescimento econômico, via investimento em infraestrutura. De acordo com Wooldridge et al. (2001) esta capitalização pode ser potencializada através da divulgação simplificada e transparente de informações sobre os custos de construção e manutenção dos ativos de infraestrutura, que são disponibilizadas nos relatórios financeiros.

Portanto, a apresentação da real condição dos ativos públicos nos relatórios financeiros tem se tornado um fator relevante para angariar novas fontes de financiamento. Notadamente, a convergência à norma internacional de contabilização de ativos possibilita aos governos locais alcançar recursos tanto domésticos quanto externos. (Silva & Teixeira, 2008; Werner, 2020; Thorstensen & Faria, 2019)

Em síntese, observa-se que o crescimento econômico, está diretamente associado à realização dos investimentos em infraestrutura, os quais dependem de diversos fatores. Destes fatores, destacam-se as informações financeiras divulgadas pelos governos nos relatórios contábeis, uma vez que estas informações desempenham papel fundamental, refletindo a situação patrimonial e financeira da instituição, podendo atrair investidores e novas fontes de recursos. Por exemplo, a constituição de parcerias público-privadas e consórcios para execução de altos investimentos públicos. Isto posto, infere-se a seguinte hipótese:

**H1: O crescimento econômico influencia positivamente a probabilidade de implementação das normas internacionais de contabilidade.**

### 2.3. CICLO POLÍTICO E SUA INFLUÊNCIA NA ADOÇÃO DAS IPSAS

Além da importância do crescimento econômico para implementação das NBCTSP pelos estados brasileiros, é importante destacar que a motivação política também pode influenciar na velocidade do processo de convergência às normas internacionais.

De acordo com Vicente e Nascimento (2012) o aumento das despesas em investimentos de infraestrutura eleva a probabilidade de reeleição dos governantes. Adicionalmente, Balaguer-Coll, Brun-Martos, Forte e Tortosa-Ausina (2015), verificaram que esse aumento é mais preeminente em períodos pré-eleitorais.

Santos (2018), ao analisar 03 ciclos eleitorais no Brasil, observou que em períodos próximos às eleições, os investimentos públicos são direcionados aos gastos que proporcionam maior visibilidade perante os eleitores, tais como estradas, rodovias, pontes, calçamentos. Segundo Salvato, Antunes, Araújo Jr. e Shikida (2007) esta manobra política busca influenciar o voto do eleitorado mediante a criação de um cenário econômico favorável, por isso os gastos tendem a aumentar no período eleitoral.

Nesse contexto, é importante destacar que, conforme Amaral e Lima (2013), os efeitos das ações políticas pode refletir nos registros e demonstrações contábeis. Notadamente, a obrigatoriedade do registro dos ativos de infraestrutura nos relatórios financeiros, por meio da mensuração e evidenciação desses ativos promove a inibição de manipulação sobre a existência de obras e maior transparência sobre os valores investidos.

Nesse sentido, Bairral, Silva e Alves (2015) destacam a transparência como elemento chave da comunicação entre cidadão e o gestor público. Dias, Nossa e

Monte-Mor (2018) também constataram relação positiva e significativa desses investimentos com a recondução dos políticos, partidos políticos e/ou coligações.

Nessa abordagem, Gonçalves, Funchal e Bezerra (2017), destacam que os investimentos em infraestrutura (energia, transportes e telecomunicações), são fatores que se destacam no fomento da economia e na imagem política perante o eleitorado. Conseqüentemente, as informações sobre esses gastos tendem a ser mais exploradas em ano pré-eleitoral e eleitoral, independentemente de ideologia partidária.

Apesar da divulgação das informações contábeis sobre investimentos parecer propícia apenas em períodos eleitorais, Brusca, Rossi e Aversano (2016) destacam que os políticos devem considerar o aprimoramento da elaboração e divulgação das informações contábeis. Visto que, podem ser utilizadas como ferramenta para melhorar a gestão pública e reduzir a percepção de corrupção.

Segundo Amaral e Lima (2012) apud Nascimento (2011) as eleições são precedidas de aumento de despesas e redução de receitas. Destas despesas, destaca-se as despesas com infraestrutura, por estarem geralmente associadas a projetos de grande porte e com boa visibilidade na mídia e na sociedade. Dessa forma, destaca-se que o efeito do ciclo político sobre as informações contábeis é a manipulação de dados afim de apresentar apenas o que é benéfico ao agente político em exercício.

Ainda segundo Amaral e Lima (2012), dentre o conjunto de normas internacionais de contabilidade que repercutem diretamente na situação patrimonial da entidade, a IPSAS17, que trata sobre ativo imobilizado, pode contribuir para entender os efeitos dos ciclos políticos nas informações contábeis publicadas. Visto que o aumento da dívida e a evidenciação dos ativos podem inibir a manipulação

sobre a existência de obra de mesma natureza e proporciona uma maior transparência sobre os valores investidos.

Pelo exposto, observa-se que estudar o impacto que o ciclo eleitoral exerce sobre a probabilidade de geração de informações financeiras, em especial sobre os ativos de infraestrutura, é importante para se compreender os fatores que influenciam o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade. Logo, pode-se inferir a seguinte hipótese.

**H2: O ciclo eleitoral pode influenciar a probabilidade de implementação das normas internacionais de contabilidade.**

## 2.4. TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA

O reflexo das informações contábeis no nível de transparência dos governos é um dos fatores da adesão às normas internacionais de contabilidade (Diniz et. al, 2015). Deve-se observar que a transparência pública se associa positivamente à qualidade das informações, nível de confiança dos governos, redução de corrupção, ao processo de responsabilização, prestação de contas e controle social e também a eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas (Araujo & Tejedo-Romero, 2016; Abreu, 2018 apud.).

De acordo com Lyrio, Lunke e Taliani (2018), a transparência apresenta relação importante no combate à corrupção e no processo de prestação de contas. Dessa forma, o aumento dos níveis de transparência e responsabilidade proporcionado pela implementação das IPSAS, ajuda a fornecer informações mais significativas para tomadores de decisão e demais usuários (Ogbuagu & Onuora, 2019).

Além disso, é importante destacar que, a medida que a transparência dos governos aumenta, as informações contábeis publicadas tendem a elevar os níveis de comparabilidade, responsabilidade, eficácia e eficiência das ações governamentais (Rossi, Cohen, Caperchione, & Brusca, 2016; Kartiko et al., 2018; Rogosic & Palos, 2017; Bellanca, 2014).

Não obstante, Mader, Vitters e Obbagy (2018), destacam que o nível de confiança de um governo se baseia na transparência que, por sua vez, pode promover maior responsabilidade. Portanto, a divulgação destas informações deve ser realizada de forma precisa e clara. Deve-se observar que os recursos financeiros são limitados e a demanda por serviços públicos é infinita, logo, o direcionamento desses recursos e sua efetividade são constantemente cobrados e fiscalizados pela sociedade. Portanto, impulsionar a transparência no setor público pode contribuir para alavancar novos investimentos e conseqüentemente, sua contabilização.

Diante do exposto, a transparência da gestão pública parece desempenhar papel importante para as refletir informações governamentais e aumentar a credibilidade da instituição. Destaca-se que, destas informações, as demonstrações contábeis e relatório financeiros espelham as ações desempenhadas e impulsionam aumento da transparência. Logo, no objetivo de verificar se uma maior transparência pública dos governos, aumenta a probabilidade de contabilização dos ativos de infraestrutura, pressupõe-se a seguinte hipótese:

**H3: A transparência dos entes públicos possui associação com a probabilidade de implementação das IPSAS.**

## Capítulo 3

### 3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Conforme apresentado, a implementação de uma norma internacional de contabilidade pode ser influenciada por diversos fatores socioeconômicos, dos quais se destacam o crescimento econômico, a transparência pública e o ciclo político. Para verificar se essas variáveis interferem na adoção das normas internacionais de contabilidade, utilizando como escopo a contabilização dos ativos de infraestrutura, foi aplicado o modelo de regressão logística (Logit) com dados em painel. O período estudado foi de 2015 a 2018.

Segundo Cordeiro e Demétrio (2007) no modelo de regressão Logit, a variável explicada se apresenta como uma variável qualitativa binária com dois possíveis valores. Nesse modelo de resposta binária, a variável dependente (variável de interesse) assume os valores 1 ou 0, apontando respectivamente a ocorrência ou não ocorrência da hipótese testada. O objetivo desse modelo é refletir uma escolha entre duas alternativas disponíveis e mutuamente exclusivas.

De acordo com Pino (2007) o modelo de regressão logística pode ser utilizado para modelar variáveis de resposta binomiais (que assumem os valores 0 e 1). Esse modelo gera observações individuais de um resultado binomial, onde a resposta da hipótese inferida é expressa como a probabilidade ou não de ocorrência.

A estimação que relaciona o crescimento econômico, a transparência pública e ciclo político com a implementação das IPSAS foi efetuada pelo modelo de dados em painel de efeito aleatório, devido a existência de um corte transversal analisado ao longo do período estabelecido. Esse método segundo Marques (2000) possui como

vantagens; a capacidade de trabalhar com bases de dados de qualquer dimensão, a inferência estatística aplicada ser a mera derivação dos testes de hipóteses usuais, ser o modelo de dados em painel mais estudado e os resultados da estimação serem facilmente interpretados. Além de mensurar melhor os efeitos que não podem ser observados em análises de série de dados *cross-section* ou análise temporal pura.

### 3.1. MODELO ECONOMETRICO

Para determinar o efeito do crescimento econômico, ciclo político e transparência pública, na contabilização dos ativos de infraestrutura dos governos estaduais brasileiros, estimou-se o seguinte modelo empírico:

$$NBC07_{it} = \beta_0 + \beta_1 CECON_{it} + \beta_2 APRE_{it} + \beta_3 AELE_{it} + \beta_4 TRANSP_{it} + \sum_5^{10} \beta_k Control_{it} + \varepsilon_{it}$$

Em que NBC07 representa a variável dependente dicotômica determinada por uma *dummy* que assume valor 1 se o estado contabiliza os bens de infraestrutura ou 0, caso contrário; CECON, crescimento econômico do estado no período, é mensurado pela *proxy* de taxa de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) no período  $t$  em relação ao período  $t-1$ , APRE, *dummy* que identifica se o período é o ano antecessor às eleições estaduais quando assume valor 1 e 0, caso contrário; AELE, *dummy* que identifica se o período é o ano de eleições estaduais quando assume valor 1 e 0, caso contrário; TRANSP, nota de transparência dos estados perante avaliação da Controladoria Geral da União (CGU); *Control*, vetor das variáveis de controle utilizadas no estudo; e  $\varepsilon_{it}$  que representa o termo de erro do modelo. Os subscritos  $i$  e  $t$  representam, respectivamente, os estados brasileiros mais o Distrito Federal e o ano no qual a variável foi analisada.

O vetor das variáveis de controle é composto pelas seguintes variáveis: RTRANSF, cujo valor representa o percentual de receita do estado recebido por transferências do governo federal em relação a sua receita total, esse valor destaca quanto o estado depende de fontes externas para realização de suas despesas e investimentos; as variáveis PINFRA, PEDUC, PPMERC, PSAMB e PSOFIS que representam respectivamente, Infraestrutura, Educação, Potencial de mercado, Sustentabilidade Ambiental e Solidez Fiscal, são 5 dos 10 pilares estratégicos que compõem a análise do ranking de competitividade dos estados brasileiros fornecido pelo Centro de Liderança Pública (CLT).

A variável NBC07, mensurada por uma *dummy*, representa se o estado utiliza ou não a contabilização dos ativos conforme às normas internacionais em suas demonstrações contábeis. O escopo verificado é a contabilização dos ativos de infraestrutura. Portanto, foram analisados os balanços patrimoniais e as notas explicativas anuais de todos os estados brasileiros, a fim de ratificar o lançamento contábil dos ativos de infraestrutura conforme preconiza a norma NBCTSP07. Dessa forma, foi considerado o devido registro contábil nos estados que apresentaram balanço patrimonial com saldo na conta contábil de ativo imobilizado e foram discriminados em notas explicativas por meio da evidenciação desses ativos.

A variável CECON, foi utilizada como proxy para identificar o crescimento econômico do estado. A métrica utilizada foi o Produto Interno Bruto (PIB), este indicador representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos pelo ente no período. Segundo Oliveira, Silva e Moraes (2008) é possível verificar correlação positiva entre PIB e IPSAS, indicando que países com maiores PIB's estão mais propensos ao processo de adoção das IPSAS.

Não obstante, Dutra e Jesus destacam que mesmo em países desenvolvidos, a adoção do processo de convergência não se apresenta de forma unânime. Segundo Amiri e Hamza (2020) o estreitamento das relações econômicas com parceiros internacionais e a boa governança levam os países a adotarem às IPSAS. Assim, se tentou observar se os estados em crescimento econômico tendem a implementar mais rapidamente as normas internacionais de contabilidade.

As variáveis APRE e AELE, são *dummies* utilizadas como proxies para verificar o efeito do ciclo eleitoral sobre a implementação das IPSAS, ambas são valoradas com 1, quando se tratam de ano antecessor a eleição e ano eleitoral respectivamente e 0, caso contrário. Esse tratamento para analisar o ciclo eleitoral também já foi utilizado nos estudos de Gonçalves, Funchal e Bezerra (2017) e Santos (2018) sobre o impactos que esse ciclo causa na despesa e investimentos públicos.

Segundo Akhmedov e Zhuravskaya (2004) os gestores públicos manipulam as despesas em períodos pré-eleitorais visando a reeleição. Essa manipulação é ratificada por Dias, Nossa e Monte-Mor (2018) ao destacarem o incremento dessas despesas é direcionado aos investimentos públicos. Ambos autores verificaram esse comportamento analisando os períodos que antecedem as eleições, dessa forma, esse estudo também se propôs a analisar o efeito do ciclo eleitoral, utilizando variáveis que identificassem o período que precede as eleições estaduais.

A variável TRANSP se refere à nota que o estado possui na Escala Brasil Transparente (EBT). Essa escala é uma metodologia que mede a transparência pública em estados e municípios brasileiros. Seu enfoque envolve analisar a transparência passiva por meio da observância da existência de canais de comunicação com a sociedade, como ouvidoria e formulários eletrônicos e também analisa a transparência ativa, na qual as informações de gestão e financeiras são

dispostas de forma espontânea, como em sites oficiais, publicações e portais de transparência.

O objetivo da EBT é fornecer subsídios para o exercício das atribuições da Controladoria Geral da União (CGU) na fiscalização do atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei de acesso a Informação para promover maior transparência e prestação de contas. Sua utilização no estudo proporcionou verificar se os estados considerados mais transparentes tendem a contabilizar mais seus ativos de infraestrutura.

A variável RTRANSF, representa é o percentual de receitas que o governo estadual recebe do governo federal em relação a sua receita total. Os dados foram extraídos dos demonstrativos contábeis disponibilizados no SICONFI (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro). Segundo Gomes, Dias e Lopes (2011) as entidades que recebem valores mais elevados tendem a ser menos endividadas. Assim, se buscou verificar se os estados que mais recebem transferências e possuem maiores percentuais de receitas transferidas pelo governo federal, possuem maior probabilidade de implementação das normas internacionais.

A variável PINFRA, é um pilar do ranking de competitividade dos estados que compila indicadores para avaliação dos principais segmentos de infraestrutura como rodovias, energia e telecomunicações. Está diretamente associado a avaliação de competitividade do estado e se espera que quanto maior for sua nota de avaliação que varia entre 0 e 100, maior será a probabilidade de implementação nas IPSAS por parte dos estado.

A variável PEDUC, é um pilar do ranking de competitividade dos estados que compila indicadores para avaliação dos principais segmentos da educação como taxa de frequência líquida, qualidade do ensino fundamental e médio, índice de

oportunidades da educação brasileira. Está diretamente associado a avaliação de competitividade do estado e se espera que quanto maior for sua nota de avaliação que varia entre 0 e 100, maior será a probabilidade de implementação nas IPSAS por parte dos estado.

A variável PPMERC, é um pilar do ranking de competitividade dos estados que compila indicadores para avaliação dos principais segmentos que influenciam o potencial de mercado do estado como tamanho e dinâmica de crescimento do PIB e também crescimento potencial da força de trabalho nos último 10 anos. Está diretamente associado a avaliação de competitividade do estado e se espera que quanto maior for sua nota de avaliação que varia entre 0 e 100, maior será a probabilidade de implementação nas IPSAS por parte dos estado.

A variável PSAMB, é um pilar do ranking de competitividade dos estados que compila indicadores para avaliação dos principais segmentos que influenciam a sustentabilidade ambiental do estado como emissão de CO<sub>2</sub>, serviços urbanos, destinação do lixo e tratamento de esgoto. Está diretamente associado a avaliação de competitividade do estado e se espera que quanto maior for sua nota de avaliação que varia entre 0 e 100, maior será a probabilidade de implementação nas IPSAS por parte dos estado.

A variável PSOFIS, é o pilar do ranking de competitividade dos estados que compila indicadores para avaliação dos principais segmentos que influenciam a solidez fiscal do estado como solvência fiscal (razão entre dívida consolidada líquida e receita corrente líquida), resultado primário (diferença entre receita primária e despesa primária), resultado nominal (variação da dívida consolidada líquida de um ano para outro), sucesso da execução orçamentária (razão entre despesa liquidada e despesa total atualizada), capacidade de investimento (razão entre investimento

liquidade e a receita corrente líquida) e autonomia fiscal (razão entre receitas correntes próprias e receita corrente total). Está diretamente associado a avaliação de competitividade do estado e se espera que quanto maior for sua nota de avaliação que varia entre 0 e 100, maior será a probabilidade de implementação nas IPSAS por parte dos estado.

Por fim, as variáveis mencionadas e a projeção de seus sinais estão dispostas no quadro 1, a seguir:

Tipo	Variáveis	Descrição	Sinal Esperado	Fonte dados
Expli cada	NBC07	Variável <i>dummy</i> , recebe valor 1 caso o estado contabilize os ativos de infraestrutura conforme disposto na norma e 0, caso contrário.		SICONFI, Sites governamentais
Explicativas	CECON	Variável que recebe a taxa de crescimento do PIB do período t em relação ao período t-1.	Positivo	IBGE
	APRE	Variável <i>dummy</i> que recebe valor 1 quando se tratar de ano que antecede as eleições estaduais e 0, caso contrário.	Positivo	TRE e TCE
	AELE	Variável <i>dummy</i> que recebe valor 1 quando se tratar de ano de eleições estaduais e 0, caso contrário.	Positivo	TRE e TCE
	TRANSP	Recebe a nota de transparência do estado julgado pela Escala Brasil Transparente. Sua variação é de 0 a 10.	Positivo	CGU-Escala Brasil Transparente
Controle	RTRANSF	Quanto da receita total do estado é oriunda de transferências da união	Positivo	SICONFI
	PINFRA	Recebe a nota do estado no ranking de competitividade dos estados em relação ao pilar Infraestrutura. Sua variação é de 0 a 100.	Positivo	Centro de Liderança Pública
	PEDUC	Recebe a nota do estado no ranking de competitividade dos estados em relação ao pilar Educação. Sua variação é de 0 a 100	Positivo	Centro de Liderança Pública
	PPMERC	Recebe a nota do estado no ranking de competitividade dos estados em relação ao pilar Potencial de Mercado. Sua variação é de 0 a 100	Positivo	Centro de Liderança Pública
	PSAMB	Recebe a nota do estado no ranking de competitividade dos estados em relação ao pilar Sustentabilidade Ambiental. Sua variação é de 0 a 100	Positivo	Centro de Liderança Pública
	PSOFIS	Recebe a nota do estado no ranking de competitividade dos estados em relação ao pilar Solidez Fiscal. Sua variação é de 0 a 100	Positivo	Centro de Liderança Pública

**Quadro 1** – Variáveis utilizadas no modelo

**Fonte:** Dados da Pesquisa, elaborado pelo autor.

### 3.2. DADOS DA AMOSTRA

Na proposição da abordagem quantitativa do estudo, foram utilizados dados secundários. A amostra analisada é composta por todos os 26 Estados brasileiros mais o Distrito Federal. O período analisado foi de 2015 a 2018. Este período foi definido a partir da edição na NBCTSP07 em 2017, contudo, ao analisar os balanços patrimoniais e as notas explicativas de alguns estados, foi constatado que alguns já atendiam a norma internacional antes mesmo da edição da norma brasileira. O prazo limite de implementação estabelecido pela norma para os estados expira em 2022. A amostra obteve a composição de 108 observações.

O IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apresentou os dados reativos ao PIB de 2018 apenas em novembro de 2020, fato que dificultou e limitou o estudo para períodos mais recentes. O índice de competitividade do estado é composto por 10 pilares estratégicos analisados em conjunto, são eles: infraestrutura, sustentabilidade social, segurança pública, educação, solidez fiscal, eficiência da máquina pública, capital humano, sustentabilidade ambiental, potencial de mercado e inovação. Desses pilares, foram selecionados 5 (Infraestrutura, educação, potencial de mercado, sustentabilidade ambiental e solidez fiscal) para compor as variáveis de controle do modelo afim de controlar os efeitos não observados sobre a variável dependente.

## Capítulo 4

### 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Almejando uma melhor apresentação, o presente capítulo foi dividido em 3 seções. Na primeira seção, foram demonstradas as análises descritivas e as correlações das variáveis empregadas no estudo. Na segunda seção, foi apresentado o teste de médias das variáveis. Na terceira seção foi demonstrada a estimação do modelo proposto (Modelo de regressão logística - *logit*).

#### 4.1. ESTATÍSTICA DESCRITIVA E CORRELAÇÃO DAS VARIÁVEIS

Considerando os procedimentos metodológicos aplicados e os dados coletados, na Tabela 1, foram apresentadas as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no modelo *Logit*.

**TABELA 1: ESTATÍSTICA DESCRITIVA VARIÁVEIS DO MODELO NO PERÍODO DE 2015 -2018**

Variáveis	Média	D.P.	Mínimo	25%	50%	75%	Máximo
<b>NBC07</b>	0,370	0,485	0	0	0	1	1
<b>CECON</b>	5,686	3,908	-9,252	3,778	5,454	7,928	20,880
<b>APRE</b>	0,250	0,435	0	0	0	0,5	1
<b>AELE</b>	0,250	0,435	0	0	0	0,5	1
<b>TRANSP</b>	8,307	2,188	0	7,895	9,15	9,65	10
<b>RTRANSF</b>	0,343	0,160	0,083	0,211	0,3155	0,459	0,818
<b>PINFRA</b>	47,277	19,480	0	36,70	49,15	57,60	100
<b>PEDUC</b>	48,722	26,362	0	25,95	49,85	72,05	100
<b>PPMERC</b>	44,845	26,819	0	27,25	43,00	64,55	100
<b>PSAMB</b>	48,755	24,418	0	32,65	52,10	63,70	100
<b>PSOFIS</b>	65,848	24,811	0	53,20	70,95	82,30	100

**Nota:** NBCT07: (dummy) que identifica contabilização conforme as IPSAS, CECON: crescimento econômico mensurado pela taxa variação do PIB, APRE: (dummy) que assume valor 1 quando é ano pré-eleitoral e 0, caso contrário, AELE: (dummy) que assume valor 1 quando é ano eleitoral e 0, caso contrário, TRANSP: nota de avaliação de transparência do estado na Escala Brasil Transparente- EBT que vai de 0 a10, RTRANSF: percentual da receita do estado que foi via transferência recebida da união, PINFRA: nota do pilar estratégico infraestrutura na análise de competitividade dos estados cuja variação é de 0 a 100, PEDUC: nota do pilar estratégico educação na análise de competitividade dos estados cuja variação é de 0 a 100, PPMERC: nota do pilar estratégico potencial de mercado na análise de competitividade dos estados cuja variação é de 0 a 100, PSAMB: nota do pilar estratégico

sustentabilidade ambiental na análise de competitividade dos estados cuja variação é de 0 a 100, PSOFIS: nota do pilar estratégico solidez fiscal na análise de competitividade dos estados cuja variação é de 0 a 100.

**Fonte:** Dados da pesquisa elaborados pelo autor.

A amostra do estudo contempla todos os estados brasileiros, ao analisar os estados que iniciaram o processo de contabilização dos ativos de infraestrutura foi percebido que ao final de 2018, poucos iniciaram o processo de contabilização dos ativos de infraestrutura. Percebe-se que o cumprimento da norma convergida não acontece de forma uniforme, tampouco nas mesmas condições de implementação por parte dos estados. Assim, a partir da Tabela 1, Nota-se que a média da variável NBC07 sobre o total de observações, sugere que muitos estados ainda não implementaram a norma brasileira convergida às IPSAS na contabilização de seus ativos.

A média da variável RTRANSF, transferências da união para o estado foi cerca de 34% em relação à receita total arrecada pelo ente, ou seja, em média, um terço das receitas dos estados é proveniente dos repasses da União. Contudo, essa situação de dependência de receitas da União varia consideravelmente, alguns estados apresentaram uma composição de 8% de receita oriunda de transferências governamentais, já outros chegaram a cerca de 82% em relação a sua receita total.

Verifica-se na Tabela 1, que o valor médio atribuído a nota de transparência dos estados foi de 8,3, embora mais de 50% da amostra tenha apresentado notas entre 9 e 10. Ainda foi possível notar que o crescimento econômico médio dos estados foi de 5,66% com desvio padrão de 3,9. Nesse contexto, notou-se que em dado momento do período analisado, algum estado possuiu retração econômica de cerca de 9%, enquanto outro alcançou crescimento de cerca de 21%.

A Tabela 2 apresentou a matriz de correlação das variáveis utilizadas no modelo, obtido por meio do teste de correlação de Pearson. Nota-se que do total de correlações possíveis, 11 se apresentaram estatisticamente significantes a 1%.

**TABELA 2. MATRIZ DE CORRELAÇÃO DE PEARSON**

	NBC07	CECON	APRE	AELE	TRANSP	RTRANSF	PINFRA	PEDUC	PPMERC	PSAMB	PSOFIS
NBC07	1,000										
CECON	-0,039	1,000									
APRE	0,089	0,077	1,000								
AELE	0,089	0,173	<b>-0,333*</b>	1,000							
TRANSP	0,085	0,136	0,098	-0,013	1,000						
RTRANSF	-0,030	0,084	-0,035	-0,048	<b>-0,383*</b>	1,000					
PINFRA	<b>0,309*</b>	-0,049	-0,055	-0,092	<b>0,290*</b>	<b>-0,400*</b>	1,000				
PEDUC	<b>0,334*</b>	-0,113	-0,076	0,012	<b>0,308*</b>	<b>-0,653*</b>	<b>0,479*</b>	1,000			
PPMERC	0,096	0,001	-0,103	-0,146	-0,074	0,016	0,177	0,112	1,000		
PSAMB	0,056	-0,123	0,036	0,067	-0,017	<b>-0,309*</b>	0,206	<b>0,439*</b>	0,030	1,000	
PSOFIS	0,023	-0,028	-0,082	0,126	-0,069	0,059	0,124	-0,096	0,230	-0,010	1,000

**Nota:** \* estatisticamente significantes ao nível de 1%

**Fonte:** Dados da pesquisa, elaborado pelo autor.

É possível observar que de acordo com a Tabela 2, as variáveis crescimento econômico CECON, receita de transferência RTRANSF não se apresentaram positivamente relacionadas com a implementação das normas contábeis internacionais. Não obstante, esperava-se uma correlação positiva entre o crescimento econômico e a contabilização dos ativos de infraestrutura. Ademais, também foi possível observar que as variáveis explicativas CECON, APRE, AELE e TRANSP não apresentaram forte correlação com a variável explicada, visto que seus respectivos valores de -0,038, 0,088, 0,088 e 0,085 se aproximaram de 0.

De acordo com a Tabela 2, nota-se que as variáveis de controle também apresentaram correlação fraca com a variável dependente. Sendo que a variável RTRANSF apresentou sinal divergente do esperado para o modelo.

Adicionalmente, foi analisado a presença de multicolinearidade entre as variáveis do modelo por meio do teste de Fator de Inflação da Variância (VIF). Destaca-se que a média do VIF entre as variáveis do modelo apresentou o valor de

6,44, média abaixo de 10. Infere-se que os possíveis problemas de multicolinearidade do modelo apresentaram-se reduzidos.

## 4.2 TESTE DE MÉDIAS

Considerando os procedimentos metodológicos para verificação do modelo estimado, foi executado o teste de diferença de médias para comparar as médias das variáveis entre os estados que iniciaram e os que não iniciaram a implementação das normas no tocante a contabilização dos ativos de infraestrutura. A Tabela 3 apresentou o resultado das diferenças de médias.

**TABELA 3. TESTE DE DIFERENÇA DE MÉDIAS ENTRE OS ESTADOS**

Variável	Estados que não contabilizam A.I			Estados que contabilizam A.I			Diferença
	Obs	Média	Desvio P.	Obs	Média	Desvio P.	
<b>CECON</b>	68	5,802	3,230	40	5,490	4,891	0,3115
<b>APRE</b>	68	0,221	0,418	40	0,300	0,464	-0,7941
<b>AELE</b>	68	0,221	0,418	40	0,300	0,464	-0,7941
<b>TRANSP</b>	68	8,164	2,415	40	8,548	1,738	-0,3834
<b>RTRANSF</b>	68	0,347	0,160	40	0,337	0,170	0,1000
<b>PINFRA</b>	68	42,675	18,876	40	55,102	18,147	-12,427
<b>PEDUC</b>	68	42,001	25,191	40	60,135	24,583	-18,126
<b>PMERC</b>	68	42,875	25,113	40	48,195	29,524	-5,320
<b>PSAMB</b>	68	47,719	24,815	40	50,517	23,935	-2,798
<b>PSOFIS</b>	68	65,406	26,823	40	66,600	21,260	-1,194

**Nota:** NBCT07: (dummy) que identifica contabilização conforme as IPSAS, CECON: crescimento econômico mensurado pela taxa variação do PIB, APRE: (dummy) que assume valor 1 quando é ano pré-eleitoral e 0, caso contrário, AELE: (dummy) que assume valor 1 quando é ano eleitoral e 0, caso contrário, TRANSP: nota de avaliação de transparência do estado na Escala Brasil Transparente- EBT que vai de 0 a 10, RTRANSF: percentual da receita do estado que foi via transferência recebida da união, PINFRA: nota do pilar estratégico infraestrutura na análise de competitividade dos estados cuja variação é de 0 a 100, PEDUC: nota do pilar estratégico educação na análise de competitividade dos estados cuja variação é de 0 a 100, PPMERC: nota do pilar estratégico potencial de mercado na análise de competitividade dos estados cuja variação é de 0 a 100, PSAMB: nota do pilar estratégico sustentabilidade ambiental na análise de competitividade dos estados cuja variação é de 0 a 100, PSOFIS: nota do pilar estratégico solidez fiscal na análise de competitividade dos estados cuja variação é de 0 a 100.

**Fonte:** Dados da pesquisa elaborados pelo autor

A Tabela 3 apresentou os cálculos referentes às diferenças de médias entre a amostra populacional com 108 observações, das quais 68 pertencem ao grupo dos

estados que ainda não contabilizavam os ativos de infraestrutura, enquanto que 40 pertencem aos que contabilizavam os ativos de infraestrutura. Os resultados demonstraram que os estados que contabilizaram esses ativos possuíram em média, melhores avaliações nas notas dos requisitos transparência pública, infraestrutura, educação, potencial de mercado, sustentabilidade ambiental e solidez fiscal. Dessa forma é possível observar que todos os pilares do ranking de competitividade utilizados na pesquisa possuem melhores resultados nos estados que contabilizaram os ativos de infraestrutura.

#### 4.3 ANÁLISE DE RESULTADOS DA REGRESSÃO

Considerando o modelo apresentado no capítulo 3. Esta seção apresentou a estimação do modelo econométrico proposto. Na Tabela 4 foi demonstrado o resultado da regressão estimada.

**TABELA 4: REGRESSÃO LOGÍSTICA ESTIMADOR LOGIT- EFEITOS ALEATÓRIOS**

<b>NBC07</b>	<b>Coeficiente</b>	<b>D.P</b>	<b>P-valor</b>
<b>CECON</b>	-0,240	0,331	0,467
<b>APRE</b>	11,959	4,093	<b>0,003*</b>
<b>AELE</b>	11,214	4,610	<b>0,015**</b>
<b>TRANSP</b>	-0,117	0,843	0,889
<b>RTRANSF</b>	41,762	15,464	<b>0,007*</b>
<b>PINFRA</b>	0,256	0,106	<b>0,016**</b>
<b>PEDUC</b>	0,233	0,111	<b>0,036**</b>
<b>PPMERC</b>	0,473	0,618	0,444
<b>PSAMB</b>	0,315	0,597	0,598
<b>PSOFIS</b>	-0,797	0,536	0,137
<b>_cons</b>	-45,827	17,788	0,010
Prob > Chi2		<b>0,003*</b>	
Observações		108	

**Nota:** (l) descrição da variável - **Nota:** NBCT07: (dummy) que identifica contabilização conforme as IPSAS, CECON: crescimento econômico mensurado pela taxa variação do PIB, APRE: (dummy) que assume valor 1 quando é ano pré-eleitoral e 0, caso contrário, AELE: (dummy) que assume valor 1 quando é ano eleitoral e 0, caso contrário, TRANSP: nota de avaliação de transparência do estado na Escala Brasil Transparente- EBT que vai de 0 a 10, RTRANSF: percentual da receita do estado que foi via transferência recebida da união, PINFRA: nota do pilar estratégico infraestrutura na análise de competitividade dos estados cuja variação é de 0 a 100, PEDUC: nota do pilar estratégico educação na análise de competitividade dos estados cuja variação é de 0 a 100, PPMERC: nota do pilar

estratégico potencial de mercado na análise de competitividade dos estados cuja variação é de 0 a 100, PSAMB: nota do pilar estratégico sustentabilidade ambiental na análise de competitividade dos estados cuja variação é de 0 a 100, PSOFIS: nota do pilar estratégico solidez fiscal na análise de competitividade dos estados cuja variação é de 0 a 100. (II) \* e \*\* significativo a 1% e 5% respectivamente.

**Fonte:** Dados da pesquisa elaborados pelo autor.

De acordo com os resultados encontrados na Tabela 4, as variáveis APRE ano pré-eleitoral e ALELE ano eleitoral foram estatisticamente positivos e significativos a 1% e 5% respectivamente. Dessa forma, em anos pré-eleitorais e eleitorais considerando a contabilização de ativos de infraestrutura, existe uma maior probabilidade dos estados brasileiros efetuarem sua contabilização e atenderem a norma contábil. Isso pode ter ocorrido devido ao aumento de gastos desse tipo de investimento quando as eleições se aproximam, conforme asseveram os estudos de Balaguer-Coll, Brun-Martos, Forte e Tortosa-Ausina (2015) e Santos (2018). Assim, não rejeitou-se a hipótese 1 na qual relaciona efeito positivo do ciclo político na probabilidade de implementação das normas internacionais de contabilidade.

Ainda de acordo com a Tabela 4, é possível notar que a variável CECON crescimento econômico não apresentou efeito sobre a probabilidade de implementação das normas internacionais de contabilidade. De acordo com resultados encontrados rejeita-se a hipótese 1 e os argumentos utilizados na sua construção. Balassiano (2018) destaca que o biênio 2015-2016 foi o período de maior deteriorização da economia brasileira nos últimos anos.

Além disso, verificou-se que a variável TRANSP Transparência, não foi estatisticamente significativa para o modelo. Portanto, não apresentou efeito sobre a probabilidade de implementação das normas internacionais de contabilidade. Embora diversos estudos, como os de Ogbuagu e Onuora (2019), Rossi, Cohen, Caperchione e Brusca (2016), Kartiko et al. (2018), Rogosic e Palos (2017) e Bellanca (2014) enfatizem a correlação e efeitos positivos da implementação das IPSAS para a

transparência pública, os resultados refutaram a hipótese construída, de que a transparência pública exerce efeito sobre a probabilidade de implementação das IPSAS. Assim, rejeita-se a hipótese 3.

Analisando a Tabela 4, a variável RTRANSF apresentou sinal positivo e estatisticamente significativo a 1%. Assim, inferiu-se que quanto maior o percentual de receita recebida por transferência da união maior será a probabilidade de implementação da norma brasileira NBCTSP07 convergida às IPSAS. Esse resultado ratifica a hipótese construída de que quanto maior o recebimento de recursos da união maior seria a probabilidade de implementação das normas. Uma vez que, um maior volume de recursos financeiros e orçamentários dos governos estaduais pode propiciar um melhor direcionamento na alocação dos recursos e com isso aumentar os investimentos (treinamentos, consultorias, estrutura tecnológica e pessoal) que possibilitem a implementação das IPSAS.

De acordo com a tabela 4, as variáveis PINFRA e PEDUC que representam respectivamente a análise dos níveis de infraestrutura e educação dos estados, apresentaram resultados estatisticamente significativos a 5%. Infere-se dessa forma, que quanto maior o grau e qualidade de educação da população do estado e quanto melhor for a infraestrutura proporcionada pelo mesmo, maior será a probabilidade de implementação das normas contábeis vinculadas às IPSAS.

Dessa forma, estados que possuem boa infraestrutura e as contabilizam regularmente podem angariar novas fontes de financiamentos junto a investidores externos ou parcerias público privadas para realizar novos investimentos. Assim como uma população com maior e melhor grau de instrução educacional pode entender melhor os relatórios e informações contábeis disponibilizadas pelo governo e exigir uma maior eficiência no gasto público, afim de terem suas demandas atendidas.

Em síntese, foi ratificada apenas uma, das três hipóteses levantadas na pesquisa, a que o ciclo político influencia positivamente à adoção das normas internacionais de contabilidade, usando como escopo a contabilização dos ativos de infraestrutura. Dessa forma, no modelo apresentado, verificou-se que o crescimento econômico e transparência pública não afetam a probabilidade do cumprimento da NBCTSP07, conseqüentemente, de implementação das IPSAS por parte dos estados brasileiros. Quanto as variáveis de controle propostas no modelo, RTRANF, PINFRA e PEDUC apresentaram resultados que demonstram exercer influência sobre a contabilização dos ativos de infraestrutura e atendimento na NBCTPS07.

## Capítulo 5

### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo verificar os fatores que influenciam a probabilidade da implementação das normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, as IPSAS. Nesta análise, foi utilizado como escopo a contabilização dos ativos de infraestrutura nos 26 estados brasileiros mais o Distrito Federal. O período analisado foi de 2015 a 2018. Para alcançar o objetivo proposto, foi estimado um modelo de probabilidade a partir do estimador LOGIT, para dados em painel.

Os resultados obtidos constataram que o ciclo político, por meio da análise de ano pré-eleitoral e ano eleitoral, afetou positivamente a probabilidade de implementação das IPSAS. A partir desse resultado foi possível ratificar a hipótese 2. Quanto às outras duas variáveis de interesse, crescimento econômico e transparência pública, os resultados indicaram que ambas não exercem influência sobre a implementação das IPSAS, rejeitando-se as hipóteses 1 e 3.

Ao analisar o impacto das variáveis de controle dispostas no modelo, os resultados demonstraram que receitas de transferências, infraestrutura pública e educação afetam positivamente a probabilidade de implementação das IPSAS. Portanto, infere-se que estados que buscarem implementar políticas de investimentos em infraestrutura e qualidade de educação para população, terão maior probabilidade de implementação das normas contábeis vinculadas às normas internacionais. Assim como o estado que apresentar credibilidade junto ao governo federal e continuar a

receber transferências de receitas, poderão ampliar fontes de financiamento para implementação das IPSAS.

Dessa forma, como contribuições do estudo sugere-se que aumentar a competitividade do estado, por meio de investimentos nos pilares analisados (infraestrutura, educação, sustentabilidade ambiental, potencial de mercado e solidez fiscal), além de manter credibilidade junto ao governo federal para recebimento de transferências de receitas, pode contribuir para o aumento da probabilidade de implementação das normas internacionais de contabilidade IPSAS por parte dos estados brasileiros.

As limitações encontradas no presente estudo referem-se ao período de recessão econômica pela qual o Brasil passou no biênio 2015-2016. Essa ocorrência pode ter influenciado negativamente a análise do crescimento econômico dos estados, como também, proporcionado aumentos excessivos nas taxas de desemprego no período. A limitação da disponibilização dos dados referentes ao período estudado também se mostrou relevante, visto que informações referentes ao período analisado, 2015-2018 foram disponibilizados apenas em novembro de 2020.

Embora o número de estudos quanto aos determinantes da adesão às normas internacionais de contabilidade seja crescente, ainda carece de um maior aprofundamento nos fatores que podem influenciar sua implementação, principalmente utilizando como escopo as IPSAS 17 ou a NBCTSP07. Como sugestão de pesquisa futura, sugere-se utilizar outras NBCTSP convergidas às IPSAS como escopo para verificar a influência dos fatores observados no estudo, além de incluir fatores endógenos como qualificação de pessoal, estrutura e inovação tecnológica e sustentabilidade social em estudos futuros e assim, ampliar a literatura sobre fatores

que podem influenciar na implementação das NBCTSP convergidas às normas internacionais de contabilidade.

## REFERÊNCIAS

- Abdulkarim, M. E., Umlai, M. I., & Al-Saudi, L. F. (2020). Exploring the role of innovation in the level of readiness to adopt IPSAS. *Journal of Accounting & Organizational Change*, 16(3), 469-495 doi.org/10.1108/JAOC-12-2019-0119
- Abreu S. J. C., (2018). *Determinantes da Transparência Pública em Países Subdesenvolvidos* (Dissertação de mestrado). Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças - FUCAPE, Vitória, ES, Brasil. Recuperado em 23 de julho, 2019, de [http://www.fucape.br/\\_public/producao\\_cientifica/8/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Cristiano%20de%20Jesus%20Souza%20de%20Abreu.pdf](http://www.fucape.br/_public/producao_cientifica/8/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Cristiano%20de%20Jesus%20Souza%20de%20Abreu.pdf)
- Adan B., Mussari R., & Jones R., (2011). The Diversity of Accrual Policies in Local Government Financial Reporting: An Examination of Infrastructure, Art and Heritage Assets in Germany, Italy and the UK *Financial Accountability & Management*, 27(2), 107-133. DOI: 10.1111/j.1468-0408.2011.00519.x ISSN 14680408
- Amaral F. G., & Lima V. D., (2013). A Contribuição da Nova Contabilidade Pública Sobre os Efeitos dos Ciclos Políticos no Brasil *Revista Ambiente Contábil*, 5(2), 173-189. ISSN 2176-9036
- Amiri, A. e Hamza, SE (2020). A transição para as normas IPSAS: o grau de adoção e a influência de fatores institucionais, de contingência e de rede económica. *Accounting and Management Information Systems* , 19(2), 215-251.
- Araújo, A. C., Campelo, G., & Marinho, E. (2013). *O impacto da infraestrutura sobre a pobreza para o Brasil*. Encontro Nacional de Economia, 41.
- Aversano, N., & Christiaens, J. (2014). Governmental financial reporting of heritage assets from a user needs perspective. *Financial Accountability & Management*, 30(2), 150-174. ISSN 0267-4424, DOI:10.1111/faam.12032
- Ball, C. (2009). What is transparency?. *Public Integrity*, 11(4), 293-308. DOI: 10.2753 / PIN1099-9922110400
- Balaguer-Coll T. M., Brun-Martos I. M., Forte A., & Tortosa-Ausina E., (2015) Local governments' re-election and its determinants: New evidence based on a Bayesian approach. *European Journal of Political Economy*, 39, 94-108, doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2015.04.004 ISSN 0176-2680
- Balassiano, M. G. (2018). Recessão Brasileira (2014-2016): Uma Análise por Meio do Método do Controle Sintético do PIB, PIB per capita, Taxa de Investimento e Taxa de Desemprego. In *Anais do XLVI Encontro Nacional de Economia [Proceedings of the 46th Brazilian Economics Meeting]*. ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics].

- Bellanca S., (2014). Budgetary Transparency in the European Union: The Role of IPSAS. *International Advances in Economic Research*, 20, 455-456, DOI 10.1007/s11294-014-9495-7
- Berger, TMM (2018). *IPSAS explicou: Um resumo das normas internacionais de contabilidade do setor público*. John Wiley & Sons.
- Brusca, I., Manes Rossi, F., & Aversano, N. (2018). Responsabilidade e transparência no combate à corrupção: uma análise comparativa internacional. *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice* , 20 (5), 486-504.
- Carneiro, M., & Nakao, S. H. (2014). Influência das diferenças culturais, econômicas e sociais na adoção das IFRS. *Revista Universo Contábil*, 10(1), 104-125.
- Cetra O. G., & Oliveira S. A. M., (2014). Infraestrutura e crescimento regional no Brasil: uma análise da alocação de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) *Revista de Economia e Administração*, 13, 5-29. DOI: 10.1113 2/rea.2014.861 ISSN 1676-7608
- Chan, J. L., (2010). As NICSPS e a Contabilidade Governamental de Países em Desenvolvimento. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 4, 1-17, DOI: <https://doi.org/10.17524/repec.v4i1.145>.
- Demetrio C., & Cordeiro, G., (2007) Modelos lineares generalizados. Simposio de Estatística Aplicada a Experimentação Agronômica , UFSM Santa Maria, 12.
- da Costa Bairral, M. A., Coutinho, A. H., & dos Santos Alves, F. J. (2015). Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010. *Revista de Administração Pública*, 49(3), 642-675.
- da Silva, G. T. F., & Teixeira, F. A. Empresas estatais e investimento estrangeiro em infraestrutura no Brasil após a crise financeira internacional de 2008. [coreconsc.org.br](http://coreconsc.org.br)
- De Araujo, J. F. F. E., & Tejedo-Romero, F. (2016). Local government transparency index: determinants of municipalities' rankings. *International Journal of Public Sector Management*.
- Dias P. B., Nossa V., & Monte-Mor S. D., (2018). O Investimento Público Influencia na reeleição? Um estudo empírico nos municípios do estado do Espírito Santo. *Revista de Administração Pública*, 5(52), 880-898 DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612172594> ISSN 1982-3134
- Diniz A. J., Silva S. F. S., Santos C. L., & Martins G. V., (2015). Vantagens da Implantação das Ipsas na Contabilidade Pública Brasileira: Análise da percepção dos membros do GTCON *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 3(9), 275-294. DOI: 10.17524/repec.v9i3.1226 ISSN 1981-8610

- Fabiano A. L. M., (2013). A Importância do investimento e do Planejamento em Infraestrutura de Transportes *Revista de Economia Mackenzie*, 3(11), 10-27 ISSN 1808-2785
- Fernandez, R. N., Cordeiro, L., Garcia, F., Duarte, J. M. D. P., & Carraro, A. (2018). Determinantes das Parcerias Público-Privadas na América Latina e no Caribe. *Perspectiva Econômica*, 13(2), 86-99.
- Fragoso R. A., Macêdo A. M> J., Lopes G. E. J., Filho R. F. J., & Pederneiras M. M. M., (2012). Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e o Desafio da Convergência: uma Análise Comparativa – IPSAS e NBCTSP *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 4(6), 434-447 ISSN 1981-8610
- Gonçalves G. L., Funchal B., & Bezerra Filho E. J., (2017). A Influência dos Ciclos políticos nos Investimentos Públicos em infraestrutura: Um estudo nos estados brasileiros no período de 2003 a 2014. *Revista de Administração pública*. 4(51) 462-481 DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612156337> ISSN 1982-3134
- Graciano V. D. O., & Morales P. V. J., (2018). Convergencia a Normas Internacionales de Contabilidad para el Sector Público(Nicsp): comparativo de los modelos de Colombia y Chile. *Cuadernos de Contabilidad*, 19(47), DOI: 10.11144/Javeriana.cc18-45.cnic ISSN: 0123-1472
- Grice J., (2016). National accounting for infrastructure *Oxford Review of Economic Policy*, 32, 431-445. DOI: 10.1093/oxrep/grw018 ISSN 14602121, 0266903X
- Kartiko S.W., Rossieta H., Martani D., & Wahyuni T., (2018). Measuring accrual-based IPSAS implementation and its relationship to central government fiscal transparency. *Brazilian Administration Review*, 15, 1-28. DOI: 10.1590/1807-7692bar2018170119 ISSN:18077692
- Lyrio, M. V. L., Lunkes, R. J., & Taliani, E. T. C. (2018). Thirty years of studies on transparency, accountability, and corruption in the public sector: The state of the art and opportunities for future research. *Public Integrity*, 20(5), 512-533.
- Mader, D., Vitters, C., & Obbagy, J. (2018). RESTAURANDO A CONFIANÇA NO GOVERNO por meio da transparência, usando a contabilidade e fazendo cumprir a responsabilidade. *The Journal of Government Financial Management* , 67 (3), 42.
- Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público de 18 de dezembro de 2018. Recuperado de [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/695350/CPU\\_MCASP+8%C2%AA%20ed++public%C3%A7%C3%A3o\\_com+capa\\_2vs/4b3db821-e4f9-43f8-8064-04f5d778c9f6](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/695350/CPU_MCASP+8%C2%AA%20ed++public%C3%A7%C3%A3o_com+capa_2vs/4b3db821-e4f9-43f8-8064-04f5d778c9f6)

- Marques, L. D. (2000). Modelos dinâmicos com dados em painel: revisão de literatura. *Centro de estudos Macroeconômicos e Previsão, faculdade de Economia do Porto*.
- Martí, C., & Kasperskaya, Y. (2015). Public Financial Management Systems and Countries' Governance: A Cross-Country Study. *Public Administration and Development*, 35(3), 165-178.
- Morais, L. D. M., & PLATT NETO, O. A. (2011). A reforma contábil promovida pelas NBCASP e o processo de convergência: implicações e perspectivas. *Associação Nacional dos Programas de Pós Graduação em Ciências Contábeis (Anpcont)*, 5.
- Neto S. F. A., & Silva G. D. J., (2019). Valores culturais e estilos de aprendizagem dos operadores da contabilidade do setor público brasileiro frente ao processo de adoção das normas internacionais *Revista de Contabilidade e Organizações*, 13, 1-16. DOI: 10.11606/issn.1982-6486.rco.2019.144322 ISSN 1982-6486
- Newell G., Chau W. K., & Wong K.S., (2009). The Significance and Performance of Infrastructure in China. *Journal of Property Investment & Finance*. 27(02), 180-202 doi.org/10.1108/14635780910937863 ISSN:1463-578X
- Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP – Estrutura Conceitual de 04 de outubro de 2016. Recuperado de <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/?Codigo=2016/NBCTSPEC&arquivo=NBCTSPEC.doc>
- Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado de 22 de setembro de 2017. Recuperado de [http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/?detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTSP07&arquivo=NBCTSP07.docx](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/?detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTSP07&arquivo=NBCTSP07.docx)
- Nunn S., (1991). Public Capital Investment and Economic Growth in Forth Worth: The Implications for Public Budgeting and Infrastructure Management *Public Budgeting & Finance*, 11, 62-94. DOI: 110.1111/1540-5850.00902 ISSN 02751100
- Oliveira, R. R., Silva, A. M. C. D., & Moraes, M. C. C. D. (2008). Transparência do orçamento governamental dos países: um estudo acerca da associação entre IAO, IDH, PIB e IPSAS. *Pensar Contábil*, 10(42) 5-11.
- Ogbuagu N.M., Onuora J. K. J., (2019). Effect of IPSAS Adoption on Accountability and Transparency in the Nigerian Public Sector Organizations. *Journal of accounting and financial management*, 3 (5), ISSN 2695-2211
- Padrones, K. G. D. S. A., Colares, A. C. V., & dos Santos, W. J. L. (2014). Análise do grau de implantação das IPSAS nas entidades públicas brasileiras e suas principais limitações no processo. In *Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC*.

- Pallot, J. (1997). Contabilidade de infraestrutura para autoridades locais: gestão técnica e contexto político. *Financial Accountability & Management*, 13 (3), 225-242.
- Palei T., (2015). Assessing The Impact of Infrastructure on Economic Growth and Global Competitiveness *Procedia Economics and Finance*, 23, 168-175. DOI: 10.1016/S2212-5671(15)00322-6
- Pino, F. A. (2007). Modelos de decisão binários: uma revisão. *Rev. de Economia Agrícola, São Paulo*, 54(1), 43-57.
- Rossi M. F., Cohen S., Carpechione E., & Brusca I., (2016). Harmonizing public sector accounting in Europe: thinking out of the box *Public Money & Management*, 36, 189-196. DOI: 10.1080/09540962.2016.1133976 ISSN 14679302, 09540962
- Rogosic A., & Palos K.P., (2017). Public Sector Accounting: Transparency Issues. *European Scientific Journal*, 13 (10), 13-23.
- Salvato, M. A., Antunes, P. C., Araujo Jr, A., & Shikida, C. (2007). Ciclos políticos: um estudo sobre a relação entre flutuações econômicas e calendário eleitoral no Brasil, 1985-2006. *IBMEC. Texto para discussão*, 42.
- Santos A. P. S., (2018) Motivações eleitoreiras e investimentos públicos discricionários: análise *cross-subnational* em uma jovem democracia. 2018. xi, 110 f., il. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) Universidade de Brasília.
- Silva C. J. G., Martins P. E. H., & Neder D. H., (2016). Investimentos em infraestrutura de transportes e desigualdades regionais no Brasil: uma análise dos impactos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) *Revista de Economia Política*, 36, 840-863. DOI: 10.1590/0101-31572016v36n04a10 ISSN 1809-4538
- Thorstensen, V. H., & Faria, A. P. (2019). A OCDE e o investimento estrangeiro. Escola de economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Working Paper 514.
- Vicente R. F. E., & Nascimento, S. L., (2012). A Efetividade dos Ciclos Políticos nos Municípios Brasileiros: Um Enfoque Contábil, *Revista de Contabilidade e organizações*, 6(14), 106-126. 10.11606/rco.v6i14.45402 ISSN 1982-6486
- Vermeer E. T., Patton K. T., & Styles K. A., (2011). Reporting of General Infrastructure Assets under GASB Statement No. 34 *American Accounting Association*, 25, 381-407. DOI: 10.2308/acch-10029 ISSN 00014826
- Werner, D. (2020). Rodadas de neoliberalização, provisão de infraestrutura e “efeito-China” no Brasil pós-1990. *EURE (Santiago)*, 46(139), 143-162. <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612020000300143>

Wooldridge C. S., Garvin J. M., & Miller B. J., (2001). Effects of accounting and budgeting on capital allocation for infrastructure projects *Journal of Management in Engineering*, 17, 86-94. DOI: 110.1061/(ASCE)0742-597X(2001)17:2(86) ISSN 0742